



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DRIELE NARALI PEREIRA SANTOS

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PERTENCIMENTO E MEMÓRIA
ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CONVENTO
DE SANTO ANTÔNIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

DRIELE NARALI PEREIRA SANTOS

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PERTENCIMENTO E MEMÓRIA
ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CONVENTO
DE SANTO ANTÔNIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Professora Doutora Idalina Maria Almeida de Freitas.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

DRIELE NARALI PEREIRA SANTOS

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PERTENCIMENTO E MEMÓRIA
ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CONVENTO
DE SANTO ANTÔNIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 22/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Nuno de Pinho Falcão

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Barreto Farias

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que sempre me conduziu com as lições de amor, fraternidade, compaixão e me sustentou nos momentos difíceis.

Aos meus pais, dona Eunice do Carmo e Eulógio Manoel, que sempre estiveram ao meu lado e confiaram no meu potencial.

Ao meu namorado, João Silva, pela paciência durante todo esse trajeto.

Aos meus amigos, em especial, ao meu amigo, Átila Santana por toda ajuda, empenho e atenção, ao Mamadú Cissé, companheiro de T.C.C., pela força e compreensão e Nailson Santana que sempre quando precisei lá estava a me auxiliar. Aos amigos da Universidade e professores, que estiveram sempre comigo nessa longa jornada.

Às minhas prezadas e queridas orientadora Professora Idalina Maria Almeida de Freitas e Professora Carla Craice da Silva, pela dedicação, compreensão e atenção.

Ao Guardião do Convento de Santo Antônio, frei Rogério Rodrigues da Silva, OFM, pelo apoio dado com a permissão para acessar o interior da edificação para pesquisas, além da cessão de uma sala para a apresentação deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram nesta etapa decisiva da minha vida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS	9
2.1	OBJETIVO GERAL	9
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3	JUSTIFICATIVA	9
4	REFERENCIAL TEÓRICO	10
4.1	ESTADO E PATRIMÔNIO	10
4.2	PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO	12
4.3	CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO X ARTICULAÇÃO CIVIL	13
4.4	AS OBRAS DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO	15
5	METODOLOGIA	17
6	ACERVO BIBLIOGRÁFICO	18
6.1	FONTES BIBLIOGRÁFICAS	18
6.2	LISTA DOS ENTREVISTADOS	18
6.3	PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IPAC)	19
6.4	FONTES DE JORNAIS	21
7	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que um dos importantes papéis dos bens culturais é a transmissão de memória coletiva, desta forma patrimônio histórico é tudo que nos arremete.

“...a noção de bens, objeto de valor, memória, herança, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo, podendo assumir valores não só econômicos ou de uso, mas afetivo e até mesmo simbólico desde que com eles nos relacionemos pelo vínculo de apoderamento.”¹

Grande parte dessa herança arquitetônica brasileira provém do período colonial, muitos desses aspectos encontramos na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, um município marcado pela história colonial escravagista e que possui, ainda, diversos monumentos, em sua grande parte, preservados.

Terceiro município do Recôncavo, São Francisco do Conde guarda um grande patrimônio do Brasil colonial, é rico em sobrados, igrejas, e engenhos construídos durante a administração portuguesa. O município surgiu em decorrência da construção do convento franciscano de Santo Antônio, realizada por incentivo de Fernão Rodrigues, Conde de Linhares, no ano de 1618, no tempo em que a atual São Francisco do Conde se chamava Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde. Dedicado a Santo Antônio de Lisboa (ou de Pádua) - o mais célebre franciscano nascido em terras lusas - tendo sua construção concluída em 1633, transportando 400 anos de história e sendo considerado um marco para a cidade, o convento se torna de suma importância para a história local.²

Construído num lugar estratégico, no alto de um monte no meio do solo de massapê fertilíssimo, podia-se prever a evolução futura do povoado, que a esta altura ainda era apenas uma aldeia e com o tempo foi-se transformando em Vila. Num tempo em que qualquer lugarejo português ansiava por um convento de frades, assim se justificará a iniciativa de um dos moradores da aldeia, Gaspar dos Reis Pinto, e sua mulher, D. Isabel Fernandes, de doarem aos franciscanos o terreno que será de fato erguido o Convento de Santo Antônio, doação esta apenas legalizada no dia 31 de agosto de 1633 (pois era costume fazer-se doações primeiro de

¹ ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: Uma Construção da Cidadania; Caderno Temático 2, Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas, João Pessoa/Paraíba, 2012, p 4-5. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf Acesso em: 09 de marc.2019.

² BLOG Histórias, Fotografias E Significados Das Igrejas Mais Bonitas Do Brasil. Igreja Do Convento De Santo Antônio – São Francisco Do Conde, Bahia. 8 de jan. 2016. Disponível em: <https://patrimonioespiritual.org/2016/01/08/convento-sao-francisco-do-conde-bahia/>. Acessado em 22 dezembro 2018.

forma oral e só mais tarde passar para as escrituras) transformando-se este, sem contestação, no monumento mais antigo juntamente com a igreja dos franciscanos.

Neste terreno poderá ser encontrado fonte própria de água doce, algo imprescindível tratando-se do clima tropical existente, assim como ancoradouro próprio para as canoas dos Frades. Chegara ao local o novo Superior, Frei Francisco de Lisboa (primeiro guardião), acompanhado por dois sacerdotes, um irmão estudante de teologia e dois irmãos leigos que iriam morar numa casa de taipa feita pelo antigo proprietário do terreno. Por serem pobres e viverem das esmolas dos ricos donos de engenho de açúcar residentes da aldeia, é de se esperar que um dos irmãos leigos fosse pedreiro ou até carpinteiro, pois estes iriam dirigir as obras realizadas por escravos emprestados dos engenhos próximos. O andamento das obras se efetuou basicamente por meio de trocas. Os Frades ofereceram assistências religiosas, e, por conseguinte conseguiram carros de bois carregados de pedras e madeiras. Como os pobres e senhores de engenho não se negavam em ajudar, estes também forneciam farinha de mandioca, feijão, milho e carne para os seus sustentos, enquanto em suas viagens conseguiam na Ilha de Itaparica o cal necessário para as obras e em Maragogipe as telhas e louças necessárias para o convento.

Se erguera assim a Igreja de São Francisco de Assis (onde se celebram as missas, parte central do local) e, logo após, no seu entorno, o Convento de Santo Antônio (casarão ao redor da capela central). Compreende-se que os “amigos” do convento colaboraram para as obras deste por muitos anos (mais de 15 anos), encontrando os materiais necessários pelos arredores da Vila, tendo as colunas de claustro do monumento, provavelmente, provindos das pedreiras de Itapagipe. Ao longo do tempo o convento foi se ampliando, tanto para a frente quanto para o lado do mar, à medida que a ordem franciscana aumentava. Em 1710 reuniam-se já 12 Guardiões, quatro Definidores, o Custódio e o Provincial com seu secretário, constando já 52 estalas renascentistas no coro.

O Convento já sofreu várias restaurações e intervenções ao longo do tempo, tendo a sua primeira ocorrência no ano de 1893, e na atualidade é palco de grandes mobilizações, justamente por correr uma série de riscos em sua estrutura, incluindo o desabamento do teto, fato este já solucionado no fim do ano de 2018. Embora, para resolução deste último tenha se constituído uma comissão para organizar o movimento denominado “Salve o Convento”, composta por membros da igreja católica e sociedade civil organizada, tendo como um de seus membros o próprio guardião do Convento e pároco da cidade (na atualidade), Frei Rogério Rodrigues da Silva, OFM.

Visando todo o contexto, é notória a necessidade de políticas de preservação do patrimônio histórico mencionado, para que as gerações presentes e futuras possam conhecer a sua herança histórica. Desta forma, é responsabilidade tanto da União quanto do Estado e gestão pública local, além da sociedade, zelar pelos seus acervos. Neste caso, é importante a atuação de dois órgãos principais: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, e responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país; e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, IPAC, autarquia vinculada à Secretaria da Cultura do Estado, que atua de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais e federal, na salvaguarda de bens culturais, na política pública estadual do patrimônio cultural e no fomento de ações para o fortalecimento das identidades culturais da Bahia.³

Estando a constituição do patrimônio histórico sempre em processo, nada garante a sua manutenção e a sua inalterabilidade, seja este material ou imaterial, se a atribuição de preservá-lo não for renovada a cada geração. Nisso trazemos como problemática para o estudo em questão: Como o Estado e a União, através do IPAC e do IPHAN, respectivamente, estão a desenvolver as políticas de preservação do Convento de Santo Antônio, a partir das articulações dos moradores da cidade? Há desafios e dificuldades nesta empreitada? Como as diferentes relações de pertencimento construídas a longo prazo pelos munícipes interferem nesse processo? A ideia é que a relação da sociedade com a sua história deva ser de constante interação, valorização, a ponto de possibilitar experiências enriquecedoras e transformadoras de conexão identitária. É importante também investigar que as estruturas edificadas, embora pertençam ao que chamamos de patrimônio de “pedra e cal”, repercute em outros sentidos por quem interage com ela, no sentido subjetivo, afetivo, ressignificando-o.

Em virtude dos fatos supramencionados, se faz de suma importância o resgate histórico, com a preservação deste monumento que muito tem a dizer sobre as origens do município de São Francisco do Conde e do povo são-franciscano em geral, que já fez parte dessa história e que tem memórias atreladas ao monumento. Entender as relações que a população constroem com os vestígios de sua história, delegar e aguçar a sociedade para conhecer e preservar o que de fato lhe pertence são ações ainda vistas, no Brasil, de forma muito tímidas e que precisam ser postas mais incisivamente em prática, para que, assim, ocorram a manutenção de um bem no seu estado físico e a desaceleração de sua degradação visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural do país.

³ BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). Brasília/DF 1937. BAHIA (Estado). Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Salvador/BA 1967.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O projeto tem como objetivo geral investigar as dinâmicas de preservação e salvaguarda do Convento Santo Antônio a partir das articulações de moradores da cidade de São Francisco do Conde.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as políticas adotadas para a preservação do convento;
- Conhecer a história do Convento e problematizar essa história a partir da cidade de São Francisco do Conde;
- Analisar a importância do local e os sentidos de pertencimentos atribuídos pelos moradores ao Convento.

3 JUSTIFICATIVA

De acordo com o observado, o convento de Santo Antônio é o marco do surgimento do município de São Francisco do Conde, sendo este a pedra fundamental do seu contexto histórico. Com cerca de 400 anos de história, e tombado desde 17 de outubro de 1941, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o monumento já passou por muitos infortúnios e, nos dias atuais, enfrenta graves problemas em sua estrutura física, dentre eles, infiltrações, erosões e rachaduras, infestações de cupins, morcegos e ratos, além do risco iminente de desabamento de grande parte do telhado e forros da Igreja de São Francisco de Assis, que compõe o conjunto arquitetônico.

O edifício, antes movimentado com visitas, missas, encontros e atividades pastorais, mostra o desgaste ocasionado pelo tempo. O Convento, que é o único da América Latina com azulejos portugueses pintados à mão, que contam todos os 16 milagres de Santo Antônio, e seus móveis, imagens sacras, altares e pinturas de alto valor cultural e histórico, faz parte da histórica do povo são-franciscano.

Por essas e tantas outras razões, como munícipe, entendo que há relevância nesse estudo, não apenas visando o conhecimento histórico, a exemplo da preservação e acompanhamento

das providências necessárias por parte dos órgãos competentes para salvaguardar o monumento que tanto tem a contar sobre nossas origens. Mas também porque, políticas de preservação se fazem necessárias, e é justamente nesse âmbito que este trabalho pretende colaborar, investigando se estas políticas estão sendo implementadas pelos responsáveis através das articulações dos moradores que se mobilizaram em prol da proteção do convento de Santo Antônio.

Desse modo, este trabalho visa contribuir tanto para a difusão do conhecimento acerca do local, quanto fortalecer a luta pela preservação de tão importante monumento histórico, e, a partir disso, consolidar o sentimento de pertencimento desta história, chamando atenção da comunidade acadêmica, sociedade civil e autoridades para a real situação do local, e o quanto sua perda ocasionaria para a nossa história.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ESTADO E PATRIMÔNIO

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, reza o preceito de que é dever do Estado, com a cooperação da comunidade, preservar o patrimônio histórico e artístico, e, para tanto, fez-se necessário criar o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que criou o IPHAN com a função de organizar e proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico nacional, atribuição que lhe confere o art. 216 da CRFB/88, que decreta:

Art. 1º. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.⁴

⁴ BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Art. 216 CRFB/88. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acessado em 16 de abril de 2019.

É importante pontuar que este mesmo decreto já foi alterado, pois o interesse público pela proteção do patrimônio cultural brasileiro julgou necessário aditar o Decreto-Lei 25/37, primeira norma jurídica que dispõe, objetivamente acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade. Sendo modificado em 1941 pelo Decreto-Lei 3.866, de 29 de novembro que dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República; e em 1975, pela Lei 6.292 que introduz a homologação ministerial no procedimento de tombamento. Este decreto está vigente no Brasil há mais de 50 anos e nunca foi substancialmente alterado por norma posterior, exceto com relação às leis já mencionadas, que basicamente o complementam.⁵

Embora este Decreto-Lei seja o mais conhecido, ele não se torna o único instrumento legal pátrio de preservação. Para a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos, e para a proteção dos bens históricos artísticos ou numismáticos oriundos de descobertas fortuitas há a lei 3.924, de 26 de julho de 1961, leis que se fizeram necessárias para uma melhor preservação do passado, compreensão do presente e projeção para um futuro. Há atualmente, no Brasil, mais de 1.700 (mil e setecentos) bens tombados em nível federal, incluindo entre estes núcleos urbanos, paisagens naturais, coleções de bens móveis, envolvendo milhares de propriedades, se consideradas individualmente.

É importante compreendermos por preservação toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. Não restringindo esta a uma única lei ou forma de preservação específica, podendo verificar, portanto, que existe uma variedade de formas jurídicas assemelhadas, que, restringindo o direito à propriedade, acabam por proteger o bem cultural direta ou indiretamente, sendo o tombamento um desses instrumentos legais de preservação. Porém como lido acima no art. 216 da CRFB/88, assim como há atribuições do Estado e leis criadas com a finalidade de preservar esses bens culturais, não podemos isentar a comunidade em geral, do seu dever e colaboração ou até mesmo vigilância para que em conjunto com os órgãos responsáveis essa aplicabilidade das leis possa vim a vigor com maior eficiência. Como veremos mais adiante o caso da comunidade civil de São Francisco do Conde que construirá um movimento com o objetivo de salvaguardar e chamar a atenção das mídias e autoridades responsáveis para o descaso que vinha acontecendo com o Convento de Santo Antônio.

⁵ RABELLO, Sonia. O Estado na Preservação de Bens Culturais: O Tombamento. Reedições do IPHAN (edição especial). Rio de Janeiro, 2009. 156 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf. Acessado em: 09 mar. 2019.

4.2 PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO

O Recôncavo baiano constitui-se na região geográfica em torno da Baía de Todos-os-Santos, abarcando não apenas o litoral, mas toda a região do interior envolvendo a Baía. Geograficamente o Recôncavo compreende a Região metropolitana de Salvador, onde se encontra a capital do estado da Bahia, Salvador e as cidades ao seu redor, tendo entre estas as de maior representatividade histórica e econômica, como por exemplo: Santo Antônio de Jesus, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, São Francisco do Conde, dentre outras.

Quando falamos de cidades de maior representatividade histórica, nos remetemos ao sentido recordado de permanência do passado e a necessidade de recordar algo de grande significado no campo identitário do desaparecimento. É na relação de patrimônio como método identitário que compreendemos o que Dominique Poulot nos conduz ao afirmar que “*O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica*”.⁶ Não podendo este ser visto apenas como testemunho, e sim como forma de valorização de valor afetivo.

Em meio a estas cidades históricas podemos citar três, Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde, a esta última dedicaremos uma atenção especial. Santo Amaro da Purificação assim chamada, é cercada por grandes belezas naturais, imponentes edificações antigas, somando cerca de 75 prédios de valor histórico e arquitetônico, distribuídos por 27 ruas no centro histórico, situado entre a praça da Purificação e a praça do Rosário. O patrimônio cultural desta é protegida pelo IPHAN, em sua maioria, e foi erguido durante o século XVIII reunindo bens que compõe a arquitetura religiosa desse período.

A cidade de Santo Amaro traz em seu conjunto a Igreja de Nossa Senhora da Purificação, tombada em 1941 pelo IPHAN (época dos primeiros tombamentos realizados no município), a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos e o Museu do Recolhimento dos Humildes, como imóveis representativos do século XVIII e que abrigam importantes acervos. No museu estão cerca de 500 peças, entre arcas, baús, joias, imagens e alfaias da capela e trabalhos artesanais, como bordados com fios de ouro e pedras preciosas.

Representando a maior expressão do barroco no Recôncavo, a segunda cidade, Cachoeira, é considerada uma joia do patrimônio histórico brasileiro. Com uma área tombada

⁶ POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, 230p.

que corresponde a aproximadamente a 670 edificações, formados em sua maioria por edifícios dos séculos XVIII e XIX, tendo como acervo colonial a Ponte D. Pedro II (estrutura de ferro), o mercado, ferrovia e a hidrelétrica, sendo importantes marcos culturais. Um dos seus principais monumentos é formado pela igreja e ruínas do antigo Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, construídos em pedra e cal, que possui plantas típicas de convento franciscano do Nordeste. Tendo o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico feitos pelo IPHAN nos anos de 1971 e alguns feitos individualmente na década de 1940.

Desta forma percebe-se que grandes riquezas culturais e históricas estão guardadas no recôncavo baiano, em cidades como as já mencionadas, que trazem histórias de luta, resistência, provindos do período colonial-imperial e que passam em sua maioria por grandes dificuldades e necessitam de preservação.

4.3 CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO X ARTICULAÇÃO CIVIL

São Francisco do Conde tem sua história registrada a partir de 1618, quando, por ordem do Conde de Linhares, foi erigido no alto de um monte, no Recôncavo baiano, um convento e uma igreja, que mais tarde, em 1697, daria origem ao atual município. Seu nome é uma homenagem ao padroeiro e ao proprietário das terras, Conde Fernão Rodrigues. A região foi conquistada pelo império português através de guerras travadas contra os índios, que viviam às margens dos rios Paraguaçu e Jaguaribe.

Na atualidade o monumento que iniciou a construção histórica da cidade está a ruir, sendo este o ponto principal de mobilizações tanto por parte da população local quanto do Guardião do Convento, Frei Rogério Rodrigues, OFM. A denominada Comissão Salve o Convento já foi recebida por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dentre eles, a arquiteta Flor de Lis Dantas Cardoso e o engenheiro civil Luís Cláudio Vargas, para a entrega de um manifesto com cerca de oito mil assinaturas dos munícipes cobrando providências urgentes para o Convento de Santo Antônio, hoje interditado.

São notórias a dispersão e a destruição do patrimônio histórico, que, visto num contexto geral, deve-se a vários fatores, tendo como principal o descaso dos órgãos responsáveis ao longo dos anos e, também, da própria população civil, que se manteve “alheia” durante todo esse tempo mesmo tendo uma ligação histórica e sentimental com o local. Sinais dessa dispersão é evidente no convento de Santo Antônio que, na atualidade, se mostra com diversas rachaduras, infiltrações e erosões, bem como infestação de cupins, ratos e morcegos, citados anteriormente, o que forçou a mobilização civil com o intuito de sensibilizar o poder público local e o IPHAN

para tomarem medidas preventivas urgentes no local. Por esse e tantos outros motivos é que trazemos como objeto de estudo o Convento de Santo Antônio na cidade de São Francisco do Conde, que não apenas é um ponto histórico na construção do município mais que também surge na atualidade como objeto central de articulações da população local e por ser um monumento dentro de uma cidade rica em contexto histórico.

O Convento de Santo Antônio já passou por inúmeras intervenções ao longo dos séculos sendo estas:

1893 - Restauração de alguns altares, arcos dos claustros e ala das celas.

1902 - Limpeza e reparos gerais (com recuperação de reboco e pintura das fachadas)

1911 - Novo altar-mor e recuperação do telhado da sacristia e restauração de objetos de arte, como o arcaz de jacarandá da sacristia e o relógio da torre.

1945 – O IPHAN realiza obras de recuperação e estabilização dos telhados.

1959 – Reparos gerais compreendendo conserto do telhado da igreja, Convento e ordem terceira, substituição de vidros e ferragens, recuperação e pintura de portas, são realizadas pelo IPHAN.

1974 – Recuperação dos telhados pelo IPHAN.⁷

Ao correr do ano de 2018, a julgar pelas circunstâncias em que se encontram as instalações físicas do monumento, o Convento foi palco de reportagens na TV Bahia, Rádio Excelsior e dos Jornais A Tarde e Correio, que relataram em seus programas e impressos, o estado em que o patrimônio chegou. O Movimento Salve o Convento se mostrou de grande importância nesse processo de representação popular que tem por objetivo chamar a atenção das autoridades e mídias para a atual situação do local. Sendo assim, o movimento conseguiu dar passos importantes como ser recebido em audiência pelo Deputado Federal Cacá Leão, pelo prefeito do município Evandro Almeida, governador Rui Costa, secretária da cultura do Estado, Arany Santana, e o Diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, IPAC, João Carlos Oliveira.

Neste processo, no entanto, alguns percalços ocorreram na caminhada da população civil para com os órgãos responsáveis, como, por exemplo, a dificuldade em se encontrar pessoas comprometidas com a causa e que se interessassem em compor a comissão organizadora do movimento (fato que justifica o número reduzido de membros), que é composta

⁷ BRASIL. Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Projeto Patrimônio Histórico. Cadastro Imobiliário 5.539.

majoritariamente por mulheres idosas. Em segundo lugar, o fator financeiro foi outro obstáculo. A comissão precisava se deslocar para acionar os órgãos responsáveis, além de fazer impressão de documentos, e isso trazia custo que acabavam pesando no bolso dos membros. A terceira dificuldade se deu por conta do projeto executivo, que é um conjunto de especificações técnicas necessárias às obras de restauração, ou seja, sem o projeto seria impossível iniciar as intervenções. De início, o IPAC se comprometeu a elaborar o projeto, que foi orçado pelo próprio órgão em R\$ 300.000,00. Depois de autorizados pelo governador, o Instituto providenciou toda a documentação necessária à construção do projeto executivo, que passou a custar de R\$ 537.000,00. Tendo em vista a discrepância entre o valor inicial e o valor final, o governo do estado desistiu de bancar o projeto.

Percebe-se, desta forma, o passo a passo a caminho da preservação do Convento de Santo Antônio, que, para a comunidade externa, gestores e historiadores é de suma importância. A vista disso, permeia-se o discurso de patrimônio a noção de “perda”, que numa exposição oral aparece com frequência entre intelectuais, como Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) gestor do IPHAN no início de sua fundação em 1937 ficando à frente deste até 1967, que defendeu de forma admirável o patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Em seu ponto de vista, o patrimônio só é percebido através de uma noção de “perda”, cabendo aos órgãos responsáveis, como o IPHAN, por exemplo, a função de resgatá-lo de um suposto papel de declínio e desaparecimento. Uma teoria viável para essa versão de “perda” consiste em pensar patrimônio como um sistema de relações sociais capaz de ligar, de forma histórica, o passado, o presente e o futuro.⁸ Todo patrimônio material se encontra, assim, acessível à contemplação, com seu valor insubstituível como testemunho do passado, constituindo recursos valiosos para o conhecimento da história e gozo estético, explorar esse recurso no Brasil tão pouco aproveitado se torna o grande desafio deste século para as políticas de patrimônio.

4.4 AS OBRAS DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO

Como já expostos grandes aspectos desse monumento, rico em história e que na atualidade luta por resistir às ações do tempo, não menos justo seria a análise de suas obras, influências e o desenvolvimento de suas extensões. Assim como grande parte das fundações

⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar No Patrimônio: Identidade, Tempo E Destruição; Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, n° 55, p.211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf> Acesso em: 27 dez. 2018.

brasileiras, o Convento de Santo Antônio irá ser construído no alto de uma colina bem ventilada devido ao clima tropical, embora ainda assim seja o cenóbio franciscano mais quente do nordeste brasileiro. De autoria de Custódio Frei Manoel de Santa Maria o único lugar fresco do monumento será o claustro, que é ao mesmo tempo a joia arquitetônica da casa. Custódio então Superior maior de todos os franciscanos do Brasil, ele demarcou as dimensões do novo convento com o intuito de abrigar mais religiosos, distribuindo os cômodos mais importantes do local, como celas, refeitório, cozinha, sala do Capítulo, portaria etc.

Os engenheiros civis foram os mestres carpinteiros e pedreiros autodidatas, tanto leigos como religiosos, levando-se em consideração, o fato de Custódio não ter cursado escola de arquitetura alguma. Como é de se imaginar, os freis traziam de Lisboa características arquitetônicas para ser empregadas nas obras dos locais onde estes se encontravam, aplicando nas estruturas grande sensibilidade artística, como no caso do convento de Santo Antônio onde foi empregado um tipo próprio de arco abaixado, sendo o de baixo bem mais largo do que o de cima, tornando-se o claustro mais bonito e inexplicavelmente não imitado em nenhum outro convento franciscano, como ocorreu com o do Recife (quatro vezes repetido).

Com um toque especial, o claustro do Convento será muito apreciado por seus azulejos, transformando as arcadas com molduras de faianças. Por costume os franciscanos gostavam de enfeitar suas igrejas com pinturas e azulejos, com o intuito de torná-las alegres, embora fosse difícil tal proeza, levando-se em conta a dificuldade em se trazer pintores da capital para uma aldeia do recôncavo baiano, onde não existia pensão aceitável, tendo como solução alojá-los no próprio convento. Um outro ponto bem relevante seria o fato de não se efetuar pagamento por parte dos franciscanos e sim gratificações, o que não incomodavam os pintores haja visto, que estes ficavam felizes em encontrar um espaço enorme, onde com tintas pagas pelos empregadores estes podiam pintar por algum tempo sem preocupações financeiras. As pinturas do teto da igreja franciscana assim como o forro da sacristia do Convento, representando Nossa Senhora entregando o menino Jesus a St. Antônio e a pintura da capela-mór são de autoria do pintor Verissimo de Freitas que revela uma forte influência da pintura francesa adocicada neoclássica.⁹

Não podemos deixar de mencionar os quadros azuis da igreja que contam os episódios da vida de Santo Antônio, padroeiro do templo. Feitos por volta dos anos de 1750, estes apresentam cenas encantadoras numa mistura de figuras em movimentos repletos de graça e muito bem pintados que nem ao menos percebemos ser a representação dos episódios da vida

⁹ OTT, Carlos. Monumentos Históricos e Artísticos do Município de São Francisco do Conde. Editora Alfa Gráfica, Salvador/Ba, jan. de 1984.

de St. Antônio. De riqueza fabulosa podemos citar também as obras de talha, antigamente existente na igreja e que ainda dão testemunho eloquente com seu barroco opulento. O conjunto da obra por se só deixa evidente a história que carrega o monumento com o passar dos séculos, desembocando na atualidade e junto consigo trazendo esse misto de memórias contidas em suas paredes, em seu contexto, mas também na história de vida das pessoas que vivem nesta cidade a tantos e tantos anos, que conheceu por meio dos livros e fotos o seu desenvolver de aldeia para Vila e assim consecutivamente, chegando na atual cidade de São Francisco do Conde-BA.

5 METODOLOGIA

A construção metodológica do presente trabalho deve se constituir visando alcançar os objetivos previstos na pesquisa em questão, que em partes já se encontram em andamento, como por exemplo a seleção dos entrevistados, os documentos de registro do IPHAN e produzidos pelo movimento Salve o Convento assim como as referências bibliográficas. Com as dificuldades que este perpassa ao longo do tempo e devido à falta de fontes mais detalhadas sobre o assunto, este trabalho se torna um dos estudos pioneiros acerca da temática, tratando do edifício, sua história, as obrigações do Estado para com este, as articulações da população civil e como esta se relaciona com o mesmo, haja visto que durante todo o decorrer do tempo foi no Convento de Santo Antônio onde a população local teve suas cerimônias religiosas desenvolvidas como casamentos, batizados, atividades pastorais, crismas, lugar de sociabilidade dos munícipes.

Consequentemente se fará necessário o uso de pesquisa bibliográfica, visitas ao Arquivo Público da Bahia em busca de documentos acerca do monumento; entrevistas com o Guardião do Convento, Frei Rogério Rodrigues, OFM, até como forma de entender a dinâmica vivida por essa ordem com o passar do tempo; entrevistas com os membros da Comissão Salve o Convento, Ana Clara Ferreira (Clarinha) e Átila Santana, como dois dos articuladores do movimento civil, pretende-se também entrevistar pessoas mais antigas da cidade como por exemplo: Osmar Ramos, Eleonor da Cruz Nogueira; Maria Eulina Amorim dos Anjos e Valdelice do Nascimento dos Santos, em busca de informações sobre a construção de pertencimento com o local, assim como busca por recordações e registros de cerimônias religiosas vividas pelos entrevistados no local (memórias de casamentos, batizados, crismas e missas dominicais), registrando essas memórias de forma audiovisual. Entender a construção do Movimento Salve o Convento e também considerar que as questões religiosas dos outros

distritos da cidade como Santo Estevão, Caipe de Cima e de Baixo, Socorro, Muribeca, Ilha do Paty, Ilha das Fontes e Jabequara das Flores e de Areia perpassa pelo Convento, exceto Monte Recôncavo e Paramirim, os dois últimos por fazerem parte de outra Paróquia.

Serão estes os instrumentos metodológicos deste trabalho, fazendo com que o mesmo tenha seus propósitos obtidos com mérito e êxito.

6 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

6.1 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

OTT, Carlos. Monumentos Históricos e Artísticos do Município de São Francisco do Conde. Editora Alfa Gráfica. Salvador/BA jan. de 1984.

CUNHA, Mario Pinto. São Francisco do Conde – A Valorosa. P50-55, 1976.

6.2 LISTA DOS ENTREVISTADOS

Ana Clara Ferreira Santos, 69 anos, pedagoga;

Carlos Átila Lima de Santana, 22 anos, radialista.

Eleonor da Cruz Sales Nogueira, 63 anos, servidora pública;


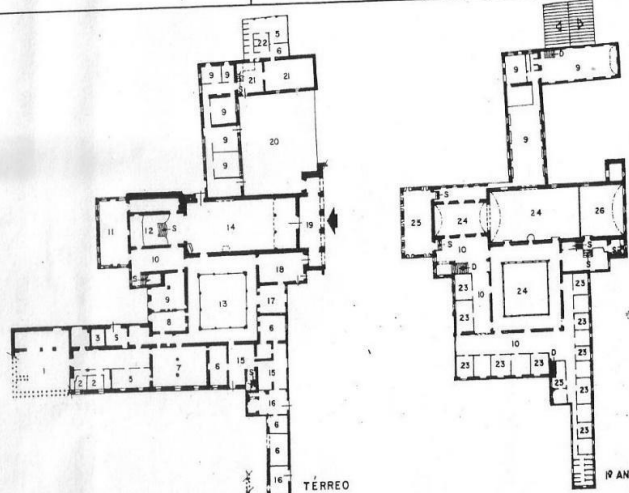
Maria Eulina Amorim dos Anjos, 70 anos, aposentada;

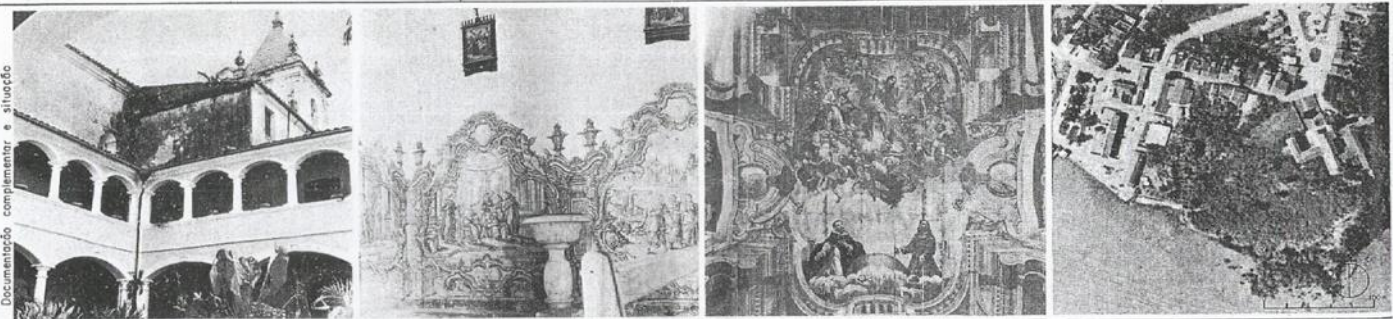
Osmar Ramos, 92 anos, servidor público aposentado;

Rogério Rodrigues da Silva, 42 anos, frade;

Valdenice do Nascimento dos Santos, 70 anos, aposentada;

6.3 PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IPAC)

REPÚBLICA F. do BRASIL		INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL	IPAC	MONUMENTO	IPAC Nº: BR 13.2008-1-0-E.0011				
CONVÊNIO SEPLAN-ESTADO DA BAHIA		ORÇÃO EXECUTOR SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	COORDENAÇÃO DE FOMENTO AO TURISMO		PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO				
Região: Nordeste		Estado: Bahia	Município: São Francisco do Conde		Distrito: São Francisco do Conde				
Localização: Praça Artur de Sales		Denominação: CONVENTO DE SANTO ANTONIO			Cadastro Imobiliário: 5.539				
<p>Situação e Ambiência: Localiza-se o monumento em ponto elevado da cidade de S. Francisco do Conde de onde se descortina ampla vista da parte baixa da cidade e da Baía de Todos os Santos. O entorno imediato do monumento é constituído pela praça Artur de Sales formada por casas de um só piso. A praça é um espaço alongado e em declive em cuja extremidade mais baixa ergue-se o monumento. O conjunto está recuado com relação à praça, e precedido de adro e de renque de seis palmeiras imperiais, dispostas paralelamente à fachada do convento. No fundo do monumento, uma encosta revestida de vegetação tropical cai abruptamente sobre a baía. O convento integra o Centro Histórico da cidade classificado com grau dois (GP-2).</p> <p>Utilização atual: residência dos frades, culto religioso</p> <p>Área construída: 14.910 m²</p>									
<p>Época: Século 17 M 1 - início M - meados F - final</p> <p>Descrição: Conjunto de elevado valor monumental constituído por Igreja, Convento e O. Terceira. Está desenvolvido em dois pisos, em torno de um claustro de colunas toscanas. Pos-sui beirais dos tipos beira-seveira e cornija. A igreja é precedida de galilé formada por cinco arcos em cantaria que se estendem sob as torres. Estas têm terminação piramidal revestida de azulejos. Seu interior possui forros em abóbada abatida com pintura ilusionista na nave; em abóbada de berço com medalhão, na capela-mór; planos com medalhões sob o coro e sacristia. Nave e capela-mór apresentam 24 painéis em azulejos figurados. A sacristia está integralmente azulejada. Os retábulos primitivos se perderam, restando apenas um na capela próxima à sala do capítulo. A capela da O. Terceira que foi sub-dividida em dois pisos, possui forro em gamela com pintura ilusionista estragada. Dentre o acervo, destaca-se cadeiral e estante do coró; dois arcazes de jacarandá, 8 painéis a óleo, 2 armários embutidos e lavabo em lioz da sacristia, grade de jacarandá da capela-mór e imagens como S. Francisco, N. Sra. da Conceição e Cristo, de marfim. Merece destaque a biblioteca com documentos inéditos.</p>									
Estado de Conservação	A Satisfatório	U a n 17,6	Estrutura Portante	Elementos Secundários	Cobertura	Interior	Instalações e Serviços	Salubridade	Grau de Proteção
	B Mediocre								IPAC 1
	C Ruim								
<p>Proteção existente: Tombado pelo IPHAN sob o nº 249-A do livro de História, fl. 55, em 17.10.1941</p> <p>Proteção proposta:</p>									
 <p>Elementos de identificação gráfica e fotográfica</p>		 <p>TÉRREO</p>				<p>IPAC / Ba.</p> <p>LEGENDA / USO ATUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - RUINAS 2 - QUARTO 3 - TANGUE 5 - COZINHA 6 - DEPOSITO 7 - REFEITÓRIO 8 - DISPENSA 9 - SALÃO 10 - CIRCULAÇÃO 11 - SACRISTIA 12 - CAPELA - MOR 13 - CLAUSTRO 14 - NAVE 15 - SAKUÃO 16 - GARAGEM 17 - PORTARIA 18 - CAPELA 19 - GALILÉ 20 - PATIO 21 - MUSEU 22 - SANITARIO 23 - CELA 24 - VAZIO 25 - REUNIÃO 26 - CORO <p>0 10 20m</p> <p>1º ANDAR</p>			
<p>Observações:</p> <p>As informações contidas deste lado da ficha são indispensáveis a qualquer medida de proteção. Os dados do verso têm caracter complementar.</p>									
<p>Compilada por: Equipe PPH/CFT</p> <p>Conferida por: Esterzilda B. de Azevedo</p> <p>Revista por: Paulo O. D. de Azevedo</p>				<p>Data: Jan. /76</p> <p>Data: Ago. /78</p> <p>Data: Set. /78</p>					

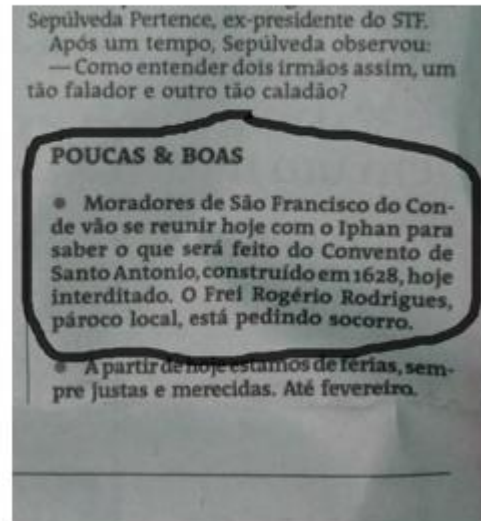
DADOS COMPLEMENTARES		188	
Dados tipológicos		Dados cronológicos	Dados técnicos
<p>Construção conventual desenvolvida em torno de um claustro no qual a igreja ocupa o "quarto" direito. Duas alas do claustro se prolongam muito além do corpo central como pátio de moínho. As instalações da O. Terceira delimitam um segundo pátio aberto. A igreja possui sacristia transversal do tipo comum nas igrejas franciscanas do Nordeste, provavelmente, por influência de S. Paulo de Braga. Sua fachada, dividida em cinco partes e com janelas com frontões de volutas, limita a de S. Francisco, de Salvador mas conserva a gálgie. Como observa Bazin, é uma fusão das fachadas das igrejas de Cairu e Salvador. Suas torres com pirâmides revestidas de azulejos em zig-zag são do tipo das da Misericórdia e Boa Viagem, de Salvador, Belém e Rosário, de Cachoeira. As perspectivas ilusionistas da nave e capela dos Terceiros são de origem italiana da segunda metade do século. Segundo J. Rescala, podem ser de José J. da Rocha. Os azulejos são todos do mesmo tipo e época (1760/70). Possuem enquadramentos concaveados e centro figurados nos moldes dos Antunes. A sacristia é azulejada até o teto, como nos conventos de Igarassu, Olinda, Recife e Cairu. O único altar original que resta é do 2º período da classificação de L. Costa.</p>		<p>Histórico arquitetônico: 1629 - Gaspar Pinto dos Reis doa ao convento de S. Francisco, de Salvador, 143 braças de terra no local denominado Sítio, limite da sesmaria da Condessa de Linhares. 1630 - É iniciada a construção de uma pequena residência pelos frades Antonio dos Anjos, Francisco Lisboa, Pedro da Purificação, Manoel do Porto, José de S. Pedro, enviada pelo custódio de S. Francisco, de Salvador. 1633 - Em 31/VIII deste ano, as terras limítrofes ao Sítio são dadas em sesmaria aos franciscanos. 1636 - O hospício e a capela estavam prontas. 1649 - Neste ano, termina a obra do novo convento. 1707 - O convento passa à categoria de casa capitular. 1718 - Em 15/II, é lançada a pedra fundamental da igreja que substituiria a capela primitiva. 1722 - É inaugurada a igreja com uma missa em 25 de março deste ano. 1760 - Época provável da fabricação dos azulejos existentes na nave, capela-mór e sacristia. 1893 - O monumento é submetido a restauração.</p>	<p>Sistema construtivo e materiais: Edifício com caixa murária auto-portante de alvenaria mista de pedra e tijolo que suporta assoalhos e telhados. Divisórias internas em pau-a-pique. Merecem destaque os arcos abatidos superpostos do claustro, possuindo os do 1º andar metade da luz dos do térreo. 11 31 1</p> <p>Restaurações e intervenções realizadas: 1893 - Neste ano, são restaurados alguns altares, recuperados arcos do claustro e ala das celas. 1902 - Limpeza e reparos gerais, com substituição de reboco e pintura das fachadas. 1911 - O novo altar-mór é concluído e são recuperados os telhados da sacristia e consistório e restaurados objetos de arte como o arcaz de jacarandá da sacristia e o relógio da torre. 1945 - O IPHAN realiza obras de recuperação e estabilização dos telhados. 1959 - Reparos gerais compreendendo conserto dos telhados da Igreja, Convento e Ordem Terceira, substituição de vidros e ferragens, recuperação e pintura de portas, são realizados pelo IPHAN. 1974 - Recuperação dos telhados pelo IPHAN. 14 7 7 41 -</p>
Características especiais:		Utilização proposta:	Restauração necessária: Eliminação do piso da capela da Ordem Terceira, restauração de seu forro, recuperação dos telhados, reparos gerais e limpeza. 14 17 1
		Utilizações possíveis:	
<p>Documentação complementar e situação</p> 			
<p>Bibliografia básica: FONSECA, F. L., O Convento de São Francisco do Conde, Salvador, 1975, PEDREIRA, P. T., Notícia Histórica de S. Francisco do Conde, Salvador, 1976; SIMÕES, J. M., dos Santos, Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822), Lisboa, 1965; BAZIN, G., L'Architecture Religieuse Barroque ou Brésil, Paris, 1956. PLANTA executada pela equipe PPH/CFT. Fotos: 1-Fachada principal; 2-Claustro; 3-Painéis de azulejos da nave; 4-Forro da nave</p>			<p>Perigos potenciais: O acervo do monumento está exposto a goteiras e cupins e a ambiência do conjunto ameaçada por falta de legislação urbanística específica. 14 17 1</p>
<p>Dados jurídicos: 11 R] Propriedade de instituição religiosa proprietário: A. R. N. D. I. O. C. S. S. Salvador. 2] end: Paço Arcebispal, P. C. da Sé. 01, Salvador.</p>			<p>Reinspecionado por: _____ Data: _____</p>

6.4 FONTES DE JORNAIS

- 30/12/2017 | Jornal A Tarde noticia a campanha do Movimento Salve o Convento.



- 04/01/2018 | Jornal A Tarde registra audiência com o IPHAN.



- 06/01/2018 | Jornal Correio publica matéria sobre a interdição do Convento e registra audiência entre IPHAN e Comissão.



- 11/01/2018 | Correio publica nova matéria sobre o Convento de Santo Antônio.



REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: Uma Construção da Cidadania; Caderno Temático 2, **Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas**, João Pessoa/Paraíba, 2012, p 4-5. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf Acesso em: 09 de març.2019.
- BAHIA (Estado). Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). **Salvador/BA** 1967.
- BLOG Histórias, **Fotografias E Significados Das Igrejas Mais Bonitas Do Brasil. Igreja Do Convento De Santo Antônio – São Francisco Do Conde, Bahia**. 8 de jan. 2016. Disponível em: <https://patrimonioespirtual.org/2016/01/08/convento-sao-francisco-do-conde-bahia/> Acesso em: 22 dez. 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Art. 216 crfb/88. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp Acesso em: 16 de abril de 2019.
- BRASIL. Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). **Projeto Patrimônio Histórico**. Cadastro Imobiliário 5.539 (local, ano)
- BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). **Brasília/DF** 1937.
- BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cachoeira-BA**. Salvador/BA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112> Acesso em: 09 de abr.2019.
- BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Decreto-Lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Patrimônio Cultural e Histórico. Rio de Janeiro, 1937**. 7 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto25de30111937.pdf> Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Santo Amaro-BA**. Salvador/BA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/288> Acesso em: 09 de abr.2019.
- CASTRO, Armando Alexandre. O Patrimônio e o Turismo na Cidade Heróica de Cachoeira-BA: Potencialidades x Realidade; **Revista Internacional de desenvolvimento Local**, Salvador vol. 7, nº 11, p 113-119, setembro de 2019. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/503/547> Acesso em: 09 de mar. 2019.
- CORREIO- O QUE A BAHIA QUER SABER, **História em pedaços: Iphan vistoria Convento de Santo Antônio, no Recôncavo**. 27 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/historia-em-pedacos-iphan-vistoria-convento-de-santo-antonio-no-reconcavo/> Acesso em: 22 dez. 2018.
- CUNHA, MARIO PINTO. **São Francisco do Conde - A Valorosa**. p 50 – 55, 1976.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: Discutindo Alguns Conceitos; Maringá/UEM: **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, 2006. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/38967/20494> Acesso em: 27 dez. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar No Patrimônio: Identidade, Tempo E Destruição; **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n° 55, p.211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf> Acesso em: 27 dez. 2018.

JORNAL O GLOBO, **O que se sabe sobre o incêndio no Museu Nacional**, no Rio. 04 de set. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml> Acesso em: 27 dez. 2018.

LONDRES, Cecília. **O Patrimônio Histórico na Sociedade Contemporânea**. 2005. 14p. Dissertação – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRBEscritos17CeciliaLondres.pdf> Acesso em: 13 set. 2018.

OTT, Carlos. **Monumentos Históricos e Artísticos do Município de São Francisco do Conde**. Editora Alfa Gráfica, Salvador 1984.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009,230p.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: O Tombamento**. Reedições do IPHAN (edição especial). Rio de Janeiro, 2009. 156 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf. Acesso em: 09 mar. 2019.

SÃO FRANCISCO DO CONDE (Prefeitura Municipal). **História**. 2017. Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/historia/> Acesso em: 22 dez. 2018.

SILVA, Paulo Sérgio Damasceno. **A Proteção do Patrimônio Cultural Tangível**. 2005. 108p. Pós-graduação- Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11991/1/a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20tang%C3%ADvel.pdf> Acesso em: 23 set. 2018.